



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLADO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria dos Transportes Metropolitanos

UNIDADE: Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Estimativa de lucro/economia da Linha 4 Amarela, sob a concessão da Via 4. Indisponibilidade dos dados requeridos. Presunção de veracidade das alegações de órgão público. Impossibilidade de atendimento a pedido de consulta técnica que gere trabalhos adicionais. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 341/2018

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, número SIC em epígrafe, para informações sobre a estimativa de lucro/ economia da Linha 4 Amarela sob a concessão da Via 4.
2. Em resposta, o ente considera que a demanda “não se enquadra no contexto da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), uma vez que se trata de consulta de natureza interpretativa e não de solicitação de informação”. Evoca ademais a aplicação do disposto no art. 13, inciso III, do Decreto nº 7.724/2012. Insatisfeito, o interessado apresentou o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. No caso em apreço, constata-se que a demanda inicial foi adequadamente atendida, nos termos do artigo 11, §1º, inciso III, da Lei de Acesso à Informação, tendo o ente esclarecido não deter as informações.
4. Oportuno lembrar que afirmação de órgão público está revestida de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento desta Ouvidoria Geral, também adotado em âmbito federal pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.”



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

(Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”.

1. Ademais a elaboração ou produção de relatório ou estudo sobre estimativa de lucro não são exigíveis dos órgãos públicos por se tratarem de trabalhos adicionais de análise, interpretação, consolidação ou tratamento de dados para atendimento a pedido de informação, sendo vedada ainda a formulação de consultas ou solicitação de pareceres técnicos por esta via, conforme entendimento do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União: “a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
5. À vista do exposto, tendo o ente confirmado que não dispõe dos dados requeridos, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 21 de novembro de 2018.



MANUELLA RAMALHO

RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

alm